



**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2019**  
**PROCESSO Nº. 4295/2019**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA**

**MAIOR LANCE OU OFERTA - POR ITEM**

**1. PREÂMBULO**

1.1. O Município de Ubatuba, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Haroldo Fernandes Duarte, torna público a realização da Licitação na modalidade Pregão, na forma Presencial, do tipo Maior Lance ou Oferta - Por Item, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 001/2012 e suas alterações e subsidiariamente às exigências do presente Edital.

1.2. A sessão pública terá início às **09:00 HORAS DO DIA 27 de fevereiro de 2019**, na Sala de Licitações, localizada no 1º andar do Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt.

1.3. Os envelopes serão protocolados às **09:00 HORAS DO DIA 27 de fevereiro de 2019**, na Sala de Licitações, localizada no 1º andar do Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt. O protocolo dos envelopes será de acordo com o constante no Item 10 do presente Edital.

**2. DO OBJETO**

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CESSÃO DE DIREITO DE EXPLORAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL DE FOOD TRUCKS DURANTE O III MEGA MOVIMENTO DO ESPORTE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. O critério de julgamento será do tipo Maior Preço, sendo que a Licitante deverá formular sua proposta respeitando o (s) valor (es) mínimo (s) fixado (s) neste Edital, sem possibilidade de retrocede-lo, sob pena de desclassificação.

2.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se a Licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

**3. DO PREÇO MÁXIMO**

3.1. O preço mínimo deste certame está fixado em R\$-5.000,00 (cinco mil reais).

**4. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

4.1. Conforme estabelecido no preâmbulo deste Edital, a presente Licitação estabelece à ampla concorrência, ou seja, poderão participar empresas de todos os portes.



4.2. A ampla concorrência na presente Licitação não exclui os benefícios de regularização fiscal e trabalhista tardia e empate ficto concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsão expressa nos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

## **5. DOS ESCLARECIMENTOS**

5.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, podendo ser enviado para o endereço eletrônico [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br). As respostas prestadas pelo (a) Pregoeiro (a) serão disponibilizadas por meio eletrônico ao interessado e às demais interessadas no Portal da Transparência do município, junto aos demais documentos relativos ao processo licitatório.

## **6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

6.1. Até às 17 horas do 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do presente Pregão, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

6.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br), ou por petição protocolada junto à divisão de protocolos do Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, Ubatuba - Paraná, CEP 85.440-000, no horário das 08 às 17 horas, podendo, ainda, ser encaminhada via correio.

6.3. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao (a) Pregoeiro (a), devendo conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.

6.4. Caberá ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas contadas do recebimento da mesma.

6.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

6.6. As respostas às impugnações prestadas pelo (a) Pregoeiro (a) serão encaminhadas via e-mail ao impetrante e anexadas nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, as quais serão disponibilizadas ainda no Portal da Transparência do Município.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

7.1. Poderão participar desta licitação as pessoas legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste Edital.

7.2. Não poderão participar da presente licitação:

7.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubatuba, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;



7.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

7.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

7.2.5. Empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto da Licitação;

7.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

## **8. DA FORMA DE ENVIO DOS ENVELOPES**

8.1. Serão aceitos envelopes via correio ou outros serviços de entrega, desde que recebidas em envelope lacrado com entrega devidamente protocolada, dentro dos prazos previstos no presente Edital. Será de total responsabilidade da proponente qualquer extravio que possa ocorrer com o envelope, bem como atraso no seu recebimento pelo (a) Pregoeiro (a).

8.2. Caso a Licitante deseje enviar os envelopes via correio ou outros serviços de entrega, os mesmos deverão ser destinados à Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, situado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, Ubatuba, Paraná, CEP 85.440-000.

8.3. As Propostas Comerciais e a Documentação de Habilitação deverão ser entregues em sessão pública, em envelopes fechados e indevassáveis na data e horário previsto no preâmbulo deste Edital, devendo ser devidamente protocolados na seguinte forma:

**ENVELOPE 01: PROPOSTA DE PREÇOS**

**RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE**

**PREGÃO N.º 24/2019**

**ABERTURA DO ENVELOPE: 09:00 horas do dia 27 de fevereiro de 2019.**

**OBJETO: CESSÃO DE DIREITO DE EXPLORAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL DE FOOD TRUCKS DURANTE O III MEGA MOVIMENTO DO ESPORTE.**

**ENVELOPE 02: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE**

**PREGÃO N.º 24/2019**

**ABERTURA DO ENVELOPE: 09:00 horas do dia 27 de fevereiro de 2019.**

**OBJETO: CESSÃO DE DIREITO DE EXPLORAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL DE FOOD TRUCKS DURANTE O III MEGA MOVIMENTO DO ESPORTE.**

8.4. Deverão conter nos envelopes todos os documentos exigidos no presente Edital.

8.5. As empresas que enviarem envelopes via correio ou outros serviços de entrega deverão encaminhar Declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação (Modelo Anexo nº III) FORA DOS ENVELOPES, sob pena de desclassificação de sua proposta.



## **9. DA FORMA DE PROTOCOLO DOS ENVELOPES**

9.1. Os envelopes das Licitantes serão recebidos e protocolados pela Equipe de Apoio no horário e local previsto no preâmbulo do presente Edital.

9.2. Somente mediante a comunicação do (a) Pregoeiro (a), será encerrada a fase de recebimento dos envelopes.

9.3. Comunicado o término do recebimento dos envelopes e iniciada a fase de credenciamento dos representantes presentes, não serão aceitos envelopes de licitantes retardatárias.

## **10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME**

10.1. Para participar da sessão o representante da proponente deverá apresentar FORA DOS ENVELOPES, após o protocolo:

10.1.1. Documento de identificação com foto em original ou cópia autenticada;

10.1.2. Procuração (Modelo Anexo nº II), em original ou cópia autenticada, com poderes específicos para formulação de propostas, lances, negociação e para a prática dos demais atos inerentes ao certame, com firma reconhecida em cartório;

10.1.3. Cópia autenticada do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.1.4. Declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação (Modelo Anexo nº III).

10.2. Dispensa-se a apresentação de Procuração nos casos em que o representante presente seja sócio, proprietário ou representante da Licitante e seu nome conste no ato constitutivo respectivo.

10.3. O credenciamento do representante da proponente, ou de seu representante legal, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para formulação de lances.

10.4. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma proponente.

10.5. Cada proponente credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

10.6. A ausência do credenciado ou da credencial não importará na exclusão da proponente no certame, admitindo-se sua proposta escrita, sem possibilidade de oferta de lances ou interposição de recursos.

10.7. Uma vez realizado o credenciamento das proponentes presentes, o (a) Pregoeiro (a) declarará encerrada esta etapa/fase, não sendo admitidos novos credenciados.



## **11. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS - ENVELOPE N° 01**

11.1. Deverão estar inseridos no envelope 01 os seguintes documentos:

11.2. Proposta de Preços (Modelo Anexo nº IV), a qual deverá conter os elementos abaixo, sob pena de desclassificação:

11.2.1. O número e a modalidade da presente licitação;

11.2.2. Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ/MF da proponente;

11.2.3. Descrição do objeto ofertado, conforme requisitos mínimos estabelecidos em edital;

11.2.4. Preços unitários e totais (contendo no máximo duas casas decimais), em moeda brasileira corrente, grafado em algarismos e por extenso, prevalecendo no caso de divergência o maior valor apresentado;

11.2.5. Prazo da cessão, conforme estabelecido em edital;

11.2.6. Prazo de validade da proposta, contados a partir da data do recebimento das propostas pelo (a) Pregoeiro (a);

11.3. Declaração de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte (Modelo Anexo nº V), no caso de Microempreendedor Individual (MEI) Micro Empresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), que quiser usufruir os benefícios da LC nº 123/06.

11.4. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

11.4.1. Caso não conste descrito na proposta a validade da mesma e/ou os prazos de entrega e/ou garantia, serão considerados os mínimos previstos em edital.

11.5. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.

11.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

11.7. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da proponente ou procurador.

## **12. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO - ENVELOPE N° 02**

12.1. Deverão estar inseridos no envelope 01 os seguintes documentos:

12.1.1. Habilitação Jurídica:

A) Cópia autenticada do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 12.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante

D) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante.

E) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

F) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

#### 12.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

A) Não será exigida a comprovação de qualificação econômico-financeira para esse processo.

#### 12.1.4. Qualificação Técnica:

A) Deverá ser apresentada conforme previsto na Clausula 16 do presente Edital.

#### 12.1.5. Documentação Complementar:

A) Declaração, sob penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Modelo Anexo nº VI).

12.2. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

12.3. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

12.4. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade e são dispensadas de autenticação. Quanto ao prazo de validade,



independente de certidões emitidas através de internet ou não, quando a validade não estiver expressa no documento, o mesmo será aceito com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias do recebimento dos envelopes.

12.5. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

12.6. Certidão (ões) expedida (s) pela (s) Fazendas Federal, Estadual, Municipal, POSITIVA (S) para débitos será (ão) aceita (s) somente se a (s) mesma (s) contiver (em) expressamente o efeito NEGATIVO.

12.7. A Licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### **13. DO JULGAMENTO DO CERTAME**

13.1. No horário e local indicado será aberta a sessão do Pregão, iniciando-se com a entrega dos envelopes e em seguida o credenciamento dos interessados em participar do certame.

13.2. A Licitante que não possuir representante credenciado ficará impossibilitada de ofertar lances, interpor recursos ou se manifestar perante o (a) Pregoeiro (a) sobre os atos do Pregão.

13.3. Decorrido o credenciamento, o (a) Pregoeiro (a) procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, que deverão ser rubricadas por ele e membros da equipe de apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no edital.

13.4. Serão desclassificadas:

13.4.1. As propostas que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste Edital;

13.4.2. As propostas que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.4.3. As propostas que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.4.4. Os itens, lotes ou a proposta integral que interpolem o valor mínimo estipulado em edital, de acordo com o critério de julgamento estabelecido;

13.5. A análise das propostas pelo (a) Pregoeiro (a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13.6. O (a) Pregoeiro (a) classificará a proposta de maior preço e as demais com valores sucessivos e inferiores em até dez por cento, relativamente à de maior preço.



13.7. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que os representantes das proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas.

13.8. No caso de empate de ofertas, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de proponentes, realizando-se sorteio para definir a ordem dos lances.

13.9. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das proponentes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e crescentes a partir do autor da proposta classificada de menor preço.

13.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), implicará a exclusão da proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela proponente, para efeito de ordenação das propostas.

13.11. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances. Declarada encerrada a etapa de lances e ordenadas às propostas, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

13.12. Caso não exista lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de maior preço e o valor estimado para a contratação, podendo o (a) Pregoeiro (a) negociar diretamente com o representante da proponente um acréscimo do valor escrito.

13.13. No caso de empate entre duas ou mais propostas e que não haja lances de nenhuma das proponentes, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. (Lei 8.666/93, artigo 45 § 2º).

13.14. Em caso de empate ficto, será assegurado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, a preferência de contratação para microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte beneficiária do regime diferenciado e favorecido.

13.14.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) inferiores à proposta mais bem classificada.

13.14.2. Ocorrendo o empate, o microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço superior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

13.14.3. Não ocorrendo à contratação do microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que





porventura se enquadrem na hipótese prevista no item 13.14.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

13.14.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 13.14.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.14.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

13.14.6. O benefício estabelecido pela Lei Complementar 123/2006 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial tiver sido apresentada por empresas enquadradas no regime de grande porte.

13.16. Encerrada a classificação final das propostas, com proposta devidamente aceita, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o autor da proposta de menor valor para a obtenção de melhor preço.

13.17. Se a proposta não for aceita, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com a proponente para que seja obtido melhor preço.

13.18. Aceita a proposta, será aberto o envelope de habilitação da empresa melhor classificada, a fim de verificar se foram apresentados todos os documentos de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação exigida em edital.

13.19. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.20. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.20.1. O requerimento poderá ser protocolado junto à Divisão de Protocolos do município, podendo ainda ser encaminhado via correio para o endereço constante no preâmbulo do presente edital, ou enviado para o e-mail [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br).

13.21. A não regularização no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

13.22. Será inabilitado a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



13.23. Ocorrendo a inabilitação, o (a) Pregoeiro (a) convocará o autor do segundo maior lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem decrescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

13.24. Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pela Licitante classificado em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) o declarará vencedor.

13.25. Todos os procedimentos referentes ao pregão constarão da respectiva ata da sessão, estando essas informações disponíveis para os demais participantes e também para todos os interessados no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos relativos ao processo licitatório.

13.26. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes forem inabilitadas, poderá ser fixado prazo de oito dias úteis para a apresentação de novas propostas ou documentação com eliminação das causas que deram ensejo ao ato de desclassificação.

## **14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado, na análise dos documentos de habilitação ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

14.1.3. No caso em que todas as licitantes forem desclassificadas e seja concedido prazo para apresentação de nova proposta ou documentação.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta, sendo a convocação disponibilizada no Portal da Transparência do Município e encaminhada ao endereço eletrônico constante na proposta das Licitantes.

## **15. DOS RECURSOS**

15.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer contra qualquer etapa do procedimento, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar memorial de recurso, facultando-se às demais proponentes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que

começarão a correr imediatamente após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor.

15.3. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o (a) Pregoeiro (a) examinará o recurso e contrarrazões, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decisão.

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

16.1. O objeto da licitação será adjudicado a Licitante declarado vencedor, por ato do (a) Pregoeiro (a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16.3. Homologado o objeto da presente licitação, o Município de Ubatuba convocará a licitante vencedora, para apresentar juntamente a Divisão de Licitações os documentos equivalentes a Qualificação Técnica, sob pena de sofrer as aplicação das sanções previstas em edital.

16.3.1. A licitante vencedora deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, pertinentes a Qualificação Técnica:

- A) Alvará de vigilância sanitária para cada Food Truck (emitido pelo Município de origem do caminhão);
- B) Manual de Boas Práticas de cada Food Truck;
- C) Procedimento Operacional Padronizado (POP) de higienização para cada Food Truck;
- D) Declaração, informando o Município de Origem de cada Food Truck (conforme cadastro no Detran) e o tipo de alimento comercializado;
- E) Comprovante de quitação do Documento de Arrecadação Municipal (DAM), *conforme Clausula Décima Sétima do Edital*.

16.3.2. O recebimento da documentação descrita na alínea anterior encerrarà às 16 horas do dia 01 de março de 2019.

## **17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

17.1. O pagamento ocorrerá por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, que será emitido no término da sessão, em nome da Licitante, com vencimento programado para o dia 01 de março de 2019.

17.1.1. Após a quitação do DAM, a empresa deverá apresentar o comprovante de pagamento, conforme previsto em Edital.

17.2. Em caso do não pagamento do DAM, decai o direito de exploração e uso da cessão. Além das penalidades previstas na Clausula Doze do Termo de Referência.



17.3. É responsabilidade da licitante retirar o DAM emitido pelo Município e efetuar a quitação dentro do prazo estipulado.

17.4. A não retirada do DAM não justificará a falta de quitação do mesmo.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Sujeitam-se as Licitantes as seguintes penalidades:

18.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubatuba por até 2 (dois) anos à Licitante que:

- I - Ensejar o retardamento da execução ou não executar o objeto nos dias do evento;
- II - Fizer declaração falsa;
- III - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;
- IV - Omitir o real enquadramento da empresa.

18.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubatuba por até 1 (um) ano à Licitante que:

- I - Não mantiver proposta;

18.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

- I - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

18.2. A aplicação de penalidades decorrerá de abertura de processo administrativo sancionatório, condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia quando prevista na legislação federal.

18.3. As sanções administrativas pelo não cumprimento de cláusulas editalícias e Termo de Referência.

## **19. DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. O Município de Ubatuba poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

19.3. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

19.3.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

19.3.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

19.4. Em documentos solicitados neste edital em que se exija cópia autenticada, a autenticação poderá ser feita por servidor autorizado do Município anteriormente ao início da sessão ou durante a realização da mesma, desde que o representante da Licitante possua no ato os documentos originais. Em ambos os casos, a autenticação somente será realizada mediante apresentação dos documentos ORIGINAIS.

19.5. Declarações cujos modelos constem no presente Edital não precisam ser autenticadas. Documentos e Certidões expedidas via internet sujeitam-se a verificação de sua autenticidade e validade no ato da sessão, em seu próprio site de emissão.

19.6. A ausência de assinatura em quaisquer documentos exigidos nesta Licitação poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata.

19.7. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) a impressão de quaisquer declarações exigidas neste Edital caso as mesmas não tenham sido apresentadas pela Licitante, devendo o representante possuir poderes para assiná-las e o fato ser registrado em ata.

19.8. É facultado ao (à) Pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



19.13. Não se permitirá a qualquer das proponentes solicitar a retirada de envelope(s) ou cancelamento de propostas após a sua entrega, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

19.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.16. Depois de concluída a licitação, os envelopes não abertos, contendo a documentação das demais licitantes ficarão em posse do (a) Pregoeiro (a) à disposição dos licitantes pelo período de 05 (cinco) dias, após o que serão destruídos.

19.17. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes.

19.18. Ficam desobrigados os servidores do Município ou membros da equipe de apoio a conferir quaisquer documentos referentes a presente licitação antes da data prevista para a realização do certame. Caso ocorra, eventuais falhas não serão de responsabilidade dos mesmos.

19.19. É terminantemente proibido que os representantes das licitantes tirem fotos de quaisquer documentos dos demais participantes no momento da licitação. Os mesmos poderão ser solicitados por escrito na Divisão de Protocolos do Município

19.20. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal da Transparência do Município, localizado no site [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br). Todos os documentos originados do presente procedimento serão anexados juntamente com o edital respectivo.

19.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

19.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Procuração;

ANEXO III - Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação;

ANEXO IV - Modelo de Proposta

ANEXO V - Modelo de Declaração de ME/EPP

ANEXO VI - Modelo de Declaração de Sujeição ao Inciso XXXIII da Constituição Federal;

Ubiratã - Paraná, 12 de fevereiro de 2019.

**HAROLDO FERNANDES DUARTE**  
Prefeito

**NICANOR TADASHI KIMURA**  
Pregoeiro, nomeado conforme Portaria  
69/2019





## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 24/2019**  
**PROCESSO N°. 4295/2019**

### **LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA**

#### **1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

O Mega Movimento do Esporte foi realizado pelo seu primeiro ano em 2017, juntamente com a Copa Ubatã de Handebol que nesse ano acontecerá na sua 9ª edição, sendo o mega movimento do esporte o terceiro ano, entretanto, por ser um evento que teve um enorme destaque em sua realização, com atrações esportivas que alcançam o território nacional existe por si só a necessidade de atender bem os visitantes e atletas desse evento esportivo tão esperado por todos, que é considerado no Paraná como o termômetro das modalidades, pois é nesse evento que as equipes de grande porte do estado dão seu pontapé inicial em seus calendários de competições anuais. Na realização desta competição, traz movimentação de comércio e turismo, geração de emprego e rendas excelentes, pois o evento em si traz equipes dos diversos estados e até países circunvizinhos, com equipes de renome internacional e na intenção de fazer um evento com qualidade para que possa marcar a vinda dos participantes se acolher os anseios da população destacam-se a necessidade de contratação de praça de alimentação, que ofereça serviço de qualidade com cardápio variado. O projeto viabiliza a extensão de atividades esportivas às pessoas, sugerindo fomentar a prática das modalidades existentes no evento, possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades para os atletas e equipes, contribuindo para o desenvolvimento integral dos atletas como um ser crítico, autônomo, democrático, participativo, estimulando o pleno exercício de cidadania. Para o processo licitatório foi utilizado como critério de avaliação que o espaço cedido para exploração de operação de serviços de lanchonete Food Truck, tem um total de 80 (oitenta) metros quadrados, sendo liberados 16 metros quadrados por caminhão com liberação total para 05 (Cinco) caminhões.

#### **2. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

2.1. A presente licitação, do tipo Maior Lance ou Oferta - Por Item, tem como objeto CESSÃO DE DIREITO DE EXPLORAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL DE FOOD TRUCKS DURANTE O III MEGA MOVIMENTO DO ESPORTE.

#### **3. DETALHAMENTO DO OBJETO**

3.1. Visa-se a contratação dos serviços nas seguintes especificações e quantidades:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	1	Cessão de direito de exploração e operações comerciais de serviços de lanchonete em Food Truck (caminhão de comida).	1	UN.	1.000,00	1.000,00

1	2	Cessão de direito de exploração e operações comerciais de serviços de lanchonete em Food Truck (caminhão de comida).	1	UN.	1.000,00	1.000,00
1	3	Cessão de direito de exploração e operações comerciais de serviços de lanchonete em Food Truck (caminhão de comida).	1	UN.	1.000,00	1.000,00
1	4	Cessão de direito de exploração e operações comerciais de serviços de lanchonete em Food Truck (caminhão de comida).	1	UN.	1.000,00	1.000,00
1	5	Cessão de direito de exploração e operações comerciais de serviços de lanchonete em Food Truck (caminhão de comida).	1	UN.	1.000,00	1.000,00
TOTAL					R\$ 5.000,00	

#### 4. PRAZOS

4.1. O prazo da cessão do direito de uso e exploração do espaço compreenderá apenas nos dias 8, 9 e 10 de março de 2019.

4.2. A contratada deverá apresentar toda sua estrutura montada em perfeitas condições de uso a partir das 8 horas do dia 8 de março de 2019.

4.2.1. A partir do horário fixado na alínea anterior, a Vigilância Sanitária poderá iniciar as devidas fiscalizações.

#### 5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. O local para a prestação dos serviços será no entorno (pátio externo) do Ginásio de Esporte Tomás Izidro de Lima.

5.2. O local cedido para a exploração de operação dos serviços de food truck, compreenderá um total de 80 metros quadrados.

5.2.1. Os food truck deverão se organizar e se instalar apenas dentro do espaço cedido.

5.2.2. Não haverá indicação, escolha ou preferencia de local da instalação de cada caminhão. O mesmo se dará por ordem de chegada.

5.2.3. Cada food truck terá o direito de uso de 16 metros quadrados.

5.3. A empresa deverá promover e organizar a praça de alimentação, arcando com despesas decorrentes com montagem, desmontagem, instalações, bem como qualquer despesa oriunda para a perfeita instalação dos caminhões de alimentos. Assumindo assim, todos os riscos financeiros para a execução do objeto.

5.4. A licitante deverá utilizar profissionais suficientes para que o serviço seja prestado com prontidão e agilidade, evitando a formação de longas filas em qualquer momento e, também utilizar sistema de senhas para maior comodidade daqueles que se utilizarem dos serviços.

5.4.1. Disponibilizar no mínimo um funcionário alocado para trabalhar exclusivamente no caixa, o qual não poderá preparar e servir os alimentos.

5.5. Todos os atendentes e funcionários deverão usar uniforme com cores distintas, preferencialmente de cor clara.

5.6. Todos os gêneros alimentícios, condimentos ou quaisquer componentes utilizados na elaboração dos lanches, bem como de seus acompanhamentos e bebidas deverão ser de primeira qualidade e apresentarem-se em perfeitas condições de preservação, de procedência conhecida e dentro do prazo de validade garantindo o bem estar dos usuários. Respeitando as exigências previstas pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

5.7. Todos os gêneros alimentícios, condimentos ou quaisquer componentes utilizados na elaboração dos lanches, bem como de seus acompanhamentos e bebidas deverão estar dentro das normas exigidas pelo código de defesa do consumidor e compatíveis com os preços de mercado.

5.8. Utilizar materiais novos, limpos e descartáveis.

5.9. Utilizar sempre garfos, pegadores de alimentos, luvas, toucas e guardanapos de papel para manusear os alimentos.

5.10. Os alimentos deverão ser frescos e com boa aparência, dando especial atenção para lanches de baixo teor de gordura e açúcar.

5.11. O Município não fornecerá quaisquer equipamentos, alimentos e/ou bebidas, sendo estes de responsabilidade da Licitante.

5.12. A licitante deverá providenciar utensílios, maquinário, transporte, serviços complementares, aparelhos e recursos adequados e necessários ao perfeito andamento e boa execução dos serviços ligados ao objeto licitado, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade na condução, apoio ou serviços indiretos motivados pelo objeto desta licitação.

5.13. Quanto à limpeza e as boas condições de higiene, a licitante terá as seguintes responsabilidades:

5.13.1. Observar rigorosamente a legislação sanitária.

5.13.2. A licitante ficará sujeita à fiscalização do Conselho Regional de Nutricionistas e dos órgãos governamentais de saúde publica, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

5.13.3. Em caso de interdição das instalações ou paralisação temporária do serviço, e em decorrência de auto de infração, o contrato poderá ser rescindido de pleno direito, adotando-se imediatamente as forem solicitados.

5.13.4. Varrer as áreas de ocupação internas e externas.

5.13.5. Realizar limpeza geral e sanitização dos equipamentos e utensílios, bem como dos recipientes e locais de acondicionamento de lixo, realizando a destinação adequada.

5.13.6. Limpar constantemente os balcões de distribuição, mesas e cadeiras para que permaneçam livres de resíduos de alimentos.

5.13.7. Instruir os funcionários acerca da forma de coleta de lixo, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Município, que informará a destinação adequada aos resíduos oriundos da limpeza e da produção dos alimentos, sendo de sua inteira responsabilidade a seu transporte e destinação e acondicionamentos e sacos de lixo.

5.13.8. Distribuir cestos de lixo em todo a extensão do local.

5.14. Observar em seus serviços as normas de higiene sanitária estabelecidas pela autoridade competente de saúde pública e Portaria nº. 1428/93, ou equivalente, do Ministério da Saúde, que trata do Regulamento Técnico para inspeção sanitária de alimentos e padrão de qualidade para produtos na área alimentar.

5.15. Manter efetivo controle em todos os procedimentos conforme Resolução RDC nº 216 de 15/09/2004 (Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação) do Ministério da Saúde.

5.16. Seguir todos os procedimentos técnicos adequados ao pré-preparo e preparo dos alimentos, garantindo sua qualidade higiênico-sanitária e nutritiva.

5.17. A licitante deverá responsabilizar-se pela preparação do local a ser desinsetizado e desratizado, providenciando a higienização do espaço e a retirada de alimentos, utensílios e outros, facilitando assim a eficácia do procedimento e eliminando os riscos à saúde dos usuários.

5.18. Preparar todo o local do evento, incluindo a contratação, instalação, montagem dos equipamentos e toda infraestrutura/logística para a execução e operacionalização do mesmo, com prazo mínimo de antecedência de 12 horas antes da abertura oficial do evento.

5.19. A Licitante deve responsabilizar-se pela segurança do local, infraestrutura e equipamentos diversos, pois o Município não se responsabilizará por quaisquer danos ocorridos.

5.20. Preservar a estrutura física do Ginásio de Esportes Municipais e suas mediações no momento da montagem e desmontagem da qualquer estrutura, ficando responsável por danos que venham a ocorrer, devendo ressarcir o Município se for o caso.

5.21. Responsabilizar-se diariamente pela organização e manutenção de todas as instalações do local onde os FOOD TRUCKS serão instalados, inclusive coleta de lixo e limpeza diária.

5.21. Arcar com todas as despesas com hospedagem, alimentação e transporte para todos os profissionais envolvidos na execução do objeto licitado.

5.22. Cumprir todas as obrigações constantes no presente Termo de Referência e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, sendo que nos preços praticados em sua proposta deverão estar previstos custos referentes à mão de obra, impostos, encargos sociais, entre outros.



5.23. Responsabilizar-se por danos ocasionados a administração ou a terceiros, causados durante a execução do objeto.

5.24. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto.

5.25. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990).

5.26. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, responsabilizando-se pela segurança individual e coletiva dos mesmos.

5.27. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, securitários e previdenciários decorrentes das contratações para a operacionalização do evento.

5.28. Relatar ao Município toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

5.29. Manter durante toda a execução do Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresenta-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo Município.

5.30. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Termo de Referência.

5.31. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do Termo de Referência.

5.32. Garantir que, em caso de chuva ou intempéries, o Evento ocorra normalmente, devendo a Licitante cobrir a maior parte possível de ambientes.

5.33. Garantir que haja nos quatro dias de evento, o mínimo de lanches, alimentos e bebidas para atender os visitantes do evento.

## **6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

6.1. O município reserva-se o direito de não aceitar serviços que não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas no Edital.

6.2. A empresa executora é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ainda que tenha sido recebido definitivamente o objeto do Termo de Referência.

6.3. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser refeito no prazo de estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

## **7. DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

7.1. São direitos e responsabilidades das partes àquelas previstas na Cláusula Décima Quarta da Minuta do Termo de Referência.

## **8. ALTERAÇÕES**

8.1. Não se aplica.

## **9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Não se aplica.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

10.1. São direitos do Município:

10.1.1. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente Termo de Referência;

10.1.2. Fiscalizar a execução do serviço em acordo com o presente Termo de Referência;

10.1.3. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

10.2. São obrigações do Município:

10.2.1. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas do presente Termo de Referência;

10.2.2. Cumprir os prazos previstos no presente Termo de Referência;

10.2.3. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da cessão de uso e exploração;

10.2.4. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto;

10.2.5. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a licitante vencedora, os entendimentos sobre o objeto contratado;

10.2.6. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços prestados, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à licitante vencedora as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

10.3. São obrigações da Licitante Vencedora:

10.3.1. Efetuar o pagamento do DAM, conforme descrito na Clausula 17 do Edital.





14.3.2. Cumprir todas as obrigações constantes no presente Termo de Referência e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.3.3. Responsabilizar-se por danos ocasionados a administração ou a terceiros, causados durante a entrega ou execução do objeto;

10.3.4. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

10.3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990);

10.3.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.3.7. Manter contatos com o Município, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

10.3.8. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las quando solicitada pelo Município;

10.3.9. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Objeto;

10.3.10. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

10.3.11. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

11.1. Caberá ao (a) servidor (a) Nicanor Tadashi Kimura, lotado (a) na Secretaria de Esportes e Lazer a gestão da contratação. A fiscalização ficará a cargo do (a) servidor (a) Emerson Rogerio Teixeira, lotado (a) na Secretaria de Esportes e Lazer e na sua ausência, a fiscalização será realizada pelo (a) servidor (a) Júlio Cesar Menigite.

11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

11.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Município, não elide nem diminui a responsabilidade da licitante vencedora quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

11.4. As comunicações entre o Município e a licitante vencedora devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.5. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 73/2019.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PELO INADIMPLEMENTO.**

12.1. Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento e falha na execução do Termo de Referência ou de inexecução total, a licitante vencedora poderá sofrer as seguintes sanções:

12.1.1. Multa de 3% (três por cento) no caso de atraso injustificado no início ou na execução, execução das etapas ou na entrega do objeto da prestação;

12.1.2. Multa de 5% (cinco por cento) ao dia no caso de atraso injustificado no início ou na execução, execução das etapas ou na entrega do objeto da prestação;

12.1.3. Multa de 20% (vinte por cento) pela inexecução total ou parcial do Termo de Referência, sem prejuízo das penalidades previstas nos itens 12.1.1 e 12.1.2;

12.1.4. Multa de 25% (vinte e cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula do Termo de Referência, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único, em que ocorreu o fato.

12.2. As multas previstas nos itens 12.1.1 e 12.1.2 serão aplicadas concomitantemente.

12.3. As multas previstas nos itens 12.1.1 e 12.1.2 serão aplicadas em dobro nos casos de reincidência.

12.4. As multas previstas serão aplicadas sobre o valor da parcela inadimplida, exceto nos casos de inexecução total do Termo de Referência.

12.5. Será configurada a inexecução parcial do Termo de Referência na hipótese de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal do Termo de Referência e também na hipótese do atraso injustificado na entrega do objeto, previsto nos itens 12.1.1 e 12.1.2.

12.6. Será configurada a inexecução total do Termo de Referência na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal e também quando houver atraso injustificado na entrega do objeto.

12.7. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência prevista no artigo 87, inciso I, da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

12.8. A licitante vencedora deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a Contratada tenha



direito. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

12.9. A aplicação das sanções fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia quando prevista na legislação federal.



## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO

Referente ao Pregão Presencial 24/2019.

A proponente \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, o (a) senhor (a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, declara que o (a) Senhor (a) \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, é a pessoa indicada para nos representar no referido certame, com poderes específicos para firmar declarações, formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal  
CPF nº \_\_\_\_\_  
RG nº \_\_\_\_\_

### ANEXO III

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO.**

Referente ao Pregão Presencial nº 24/2019.

O signatário da presente declara, em nome da proponente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, para todos os fins de direito, ter pleno conhecimento, bem como, atender a todas as exigências relativas a habilitação no presente certame. Declara, ainda, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da Lei e que não está suspenso de licitar e contratar com o Município de Ubatuba, tampouco inidôneo em qualquer esfera da Administração Pública.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº



## ANEXO IV

### MODELO DE PROPOSTA

NOME DA LICITANTE

Nº DO CNPJ

Endereço, Cidade e Estado.

Nº do Telefone.

Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Presencial nº 24/2019.

Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa a execução do objeto do Pregão em epígrafe.

O valor global para a execução do objeto acima é de R\$- (valor por extenso).

O prazo de execução é de (inserir o prazo) dias contados do recebimento da Ordem de Compras.

O prazo de validade da proposta de preços é de (inserir prazo) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento dos envelopes pelo Pregoeiro.

Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

#### RELAÇÃO DE ITENS COTADOS:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
TOTAL					R\$-	

Observação: Constar garantia para cada item, quando solicitado garantia em edital.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº





## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Referente ao Pregão Presencial 24/2019

O signatário da presente, o (a) senhor (a) \_\_\_\_\_, representante legalmente constituído da proponente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara sob as penas da Lei, que a mesma está estabelecida sob o regime legal de (*microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte*), conforme conceito legal e fiscal de nosso ordenamento pátrio, podendo usufruir os benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº



## ANEXO VI

### MODELO DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Referente ao Pregão Presencial nº 24/2019.

O signatário da presente, o (a) senhor (a) \_\_\_\_\_, representante legalmente constituído da proponente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº